



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

CONSELHO NACIONAL DA FENPROF

Proposta de Resolução

Face:

- À imposição pelo Governo de uma atualização salarial, mais uma vez, abaixo da inflação, levando a nova perda de poder de compra, problema que se arrasta há 12 anos;
- Ao teor de uma proposta de OE2023 que não contém qualquer resposta para os problemas que estão a retirar atratividade à profissão docente – precariedade, carreira, sobretrabalho e envelhecimento – nem permite resolver os problemas estruturais que afetam a Educação e as escolas públicas em particular;
- Ao desrespeito com que são tratados os professores, de que são exemplos mais recentes o processo de Mobilidade por Doença, as constantes afirmações do ministro sobre alegadas baixas fraudulentas ou as ameaças de transferir para as direções das escolas o recrutamento de professores.

O Conselho Nacional da FENPROF, reunido em 21 e 22 de outubro, decide:

- **Ratificar a Greve Nacional de Professores e Educadores** prevista para 2 de novembro, em convergência com outras organizações sindicais, por ser o dia em que o ministro estará na AR a justificar o injustificável: o financiamento da Educação em 2023, de acordo com o previsto na proposta de Orçamento do Estado;
- **Promover, em 2 de novembro, uma concentração** de dirigentes, delegados e ativistas sindicais em frente à AR, juntamente com outras organizações que também participem;
- **Acompanhar a Greve Nacional da Administração Pública** que se realizará em 18 de novembro;
- **Reafirmar a importância das greves ao sobretrabalho e ao serviço extraordinário** que se iniciarão em 24 de outubro, apelando aos docentes que adiram sempre que a atividade a que estiverem obrigados constitua um abuso ou uma ilegalidade;
- **Entregar ao Ministério da Educação, na primeira reunião do processo de revisão do regime de concursos, o abaixo-assinado “Não à contratação por escolas ou outras entidades locais”;**
- **Admitir o recurso a greve, manifestação, vigília ou outra forma de luta**, caso o ME tente impor o recrutamento de docentes pelas direções das escolas, pretenda avançar com outras medidas negativas ou recuse avançar com a negociação de soluções para os problemas que afetam os professores e educadores na sua vida profissional;
- **Continuar a denunciar a falta de medidas** e o rumo de políticas que não dão resposta aos problemas, antes os arrastam e agravam;
- Iniciar a recolha de assinaturas da petição “Pela contagem do tempo de serviço cumprido por educadores/as em creches”;

- **Reiterar a determinação da FENPROF para manter e reforçar a ação reivindicativa** nas suas diversas frentes, designadamente na luta:

- Pelo aumento real dos salários e a recomposição da carreira, com a contagem integral do tempo de serviço e o fim das vagas
- Por uma avaliação do desempenho formativa, dignificante e sem quotas
- Pelo combate à precariedade e pelo rejuvenescimento da profissão
- Por um regime específico de aposentação
- Pela melhoria das condições de trabalho e horários sem abusos nem ilegalidades
- Por um regime de concursos de âmbito nacional que respeite o critério da graduação profissional
- Pela criação de grupos de recrutamento que respondam às necessidades das escolas e do sistema e garantem estabilidade ao corpo docente
- Pela alteração do regime de MpD
- Pela valorização do 1.º Ciclo do Ensino Básico
- Por um regime extraordinário de vinculação dos docentes das escolas públicas de ensino artístico especializado
- Pela vinculação dos docentes das escolas públicas que lecionam a componente técnica ou artística do cursos artísticos especializados e do ensino profissional
- Pelo encerramento do processo de PREVPAP
- Pela contagem do tempo de serviço cumprido por educadores/as em creches
- Em suma, **por um Protocolo Negocial que aponte as indispensáveis respostas aos problemas que afetam os profissionais docentes, prevendo medidas a desenvolver ao longo da legislatura, mas já com implicações no OE2023.**

- **Mandar o Secretariado Nacional da FENPROF para decidir as ações e lutas** que se considerem adequadas em cada momento, no sentido de garantir a valorização da profissão docente, tornando-a atrativa para os jovens e estimando quem nela se mantém, e de reforçar o financiamento público da Educação, com o objetivo de este atingir os 6% do PIB.

Lisboa 21 de outubro de 2022

O Conselho Nacional